

Superávit excede a meta do FMI

No semestre, resultado foi de R\$ 13,6 bi, mas estados e prefeituras tiveram déficit

Sheila D'Amorim e Marcone Gonçalves *

BRASÍLIA

Governo federal, estados e municípios registraram, em junho, receitas superiores às despesas num total de R\$ 2,5 bilhões. Com esse superávit primário foi possível cumprir com folga a meta acertada com o FMI para o primeiro semestre do ano. O acordo previa um superávit de R\$ 12,884 bilhões e o resultado ficou R\$ 739 milhões acima, totalizando R\$ 13,623 bilhões. Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, a evolução das contas públicas mostra que o Governo conseguirá cumprir sem problemas a meta para o ano, que prevê superávit de R\$ 30,185 bilhões, equivalente a 3,1% do PIB.

— O superávit primário está sendo suficiente para deixar a dívida estabilizada em relação ao PIB. A trajetória das contas é um indicativo que a meta será atingida — disse Lopes.

Segundo ele, mesmo com as turbulências no mercado de câmbio nas últimas semanas, o BC continua trabalhando com a expectativa de fechar o ano com déficit nominal, que inclui também as despesas com juros e o impacto da desvalorização cambial, em torno de 8,9% do PIB. No período acumulado de 12 meses até junho, o déficit nominal está em 12,10% do PIB, R\$ 110,7 bilhões.

Despesas com correção e juros foram de R\$ 8,3 bi só em junho

A pressão no mercado de câmbio em agosto, na avaliação do chefe do Depec, não deverá ter impacto forte na relação entre a dívida líquida total e o PIB. A meta prevista no acordo com o Fundo é encerrar 1999 com a dívida equivalendo 51% do PIB. Em junho, o saldo da dívida líquida do setor público era de R\$ 491,064 bilhões, ou 49,8% do PIB. A desvalorização do real e os juros são contabilizados como despesas financeiras e computados no resultado nominal. Em junho, essas despesas somaram R\$ 8,3 bilhões e, no ano, já são R\$ 84,6 bilhões.

O desempenho de junho foi obtido principalmente por causa da antecipação de receitas da Telebrás. Naquele mês esses recursos representaram R\$ 2,4 bilhões e ajudaram a melhorar o desempenho do Governo Central, que apresentou superávit de R\$ 2,8 bilhões. O INSS também contribuiu para a melhora reduzindo o déficit no mês de R\$ 651 milhões, em maio, para R\$ 323 milhões, em junho. Em compensação, as estatais federais tiveram um péssimo desempenho, registrando déficit de R\$ 924 milhões. No semestre, as estatais acumulam déficit de R\$ 603 milhões. Os números do BC não batem com os divulgados pelo Tesouro, que apurou superávit de R\$ 1,5 bilhão no semestre. Por isso, os números estão sendo revistos.

— Existe uma discrepância grande entre as duas metodologias e estamos analisando para tentar compatibilizá-las — disse Lopes.

Segundo o chefe do Depec, no segundo semestre, o Governo também terá receitas adicionais que com-

pensarão a perda desses recursos extraordinários registrados no primeiro semestre. Entre elas estão as receitas de CPMF e Cofins, não incluídas até então. Além disso, nos cálculos do BC, a pressão nas despesas no segundo semestre é menor e o nível de atividade econômica deverá ser maior. Mesmo assim, a carga de juros continuará alta.

Se o Governo central conseguiu desempenho melhor, o mesmo não aconteceu com os governos regionais: estados, municípios e suas estatais registraram em junho déficit de R\$ 223 milhões. Os grandes vilões foram os municípios e as estatais estaduais. Os municípios saíram de superávit de R\$ 111 milhões, em maio, para um déficit de R\$ 158

milhões, em junho. Enquanto isso, as estatais estaduais passaram de superávit de R\$ 154 milhões para déficit de R\$ 299 milhões no período. Já os estados conseguiram superávit de R\$ 294 milhões no mês, contra R\$ 239 milhões, em maio.

Apesar do desempenho ruim no ano, os municípios estão em situação melhor do que os governos es-

taduais. O superávit primário acumulado das prefeituras é de R\$ 1,031 bilhão, contra R\$ 935 milhões obtido pelos governos estaduais. ■

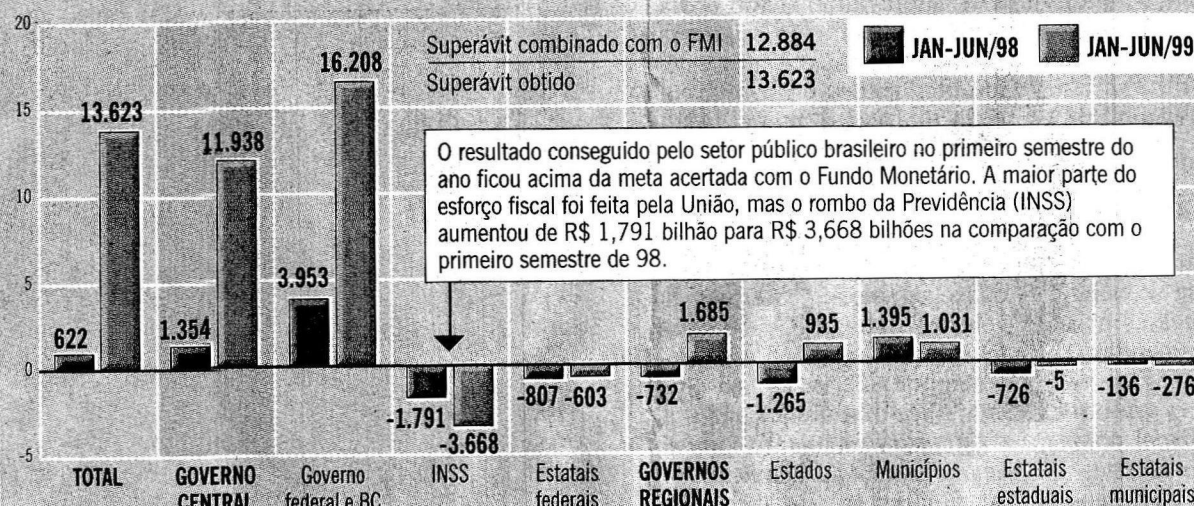
*Da Agência O GLOBO

A íntegra do documento com os resultados fiscais em **GLOBO ON**: www.oglobo.com.br/economia/fiscal/notecon3.htm

Editoria de Arte

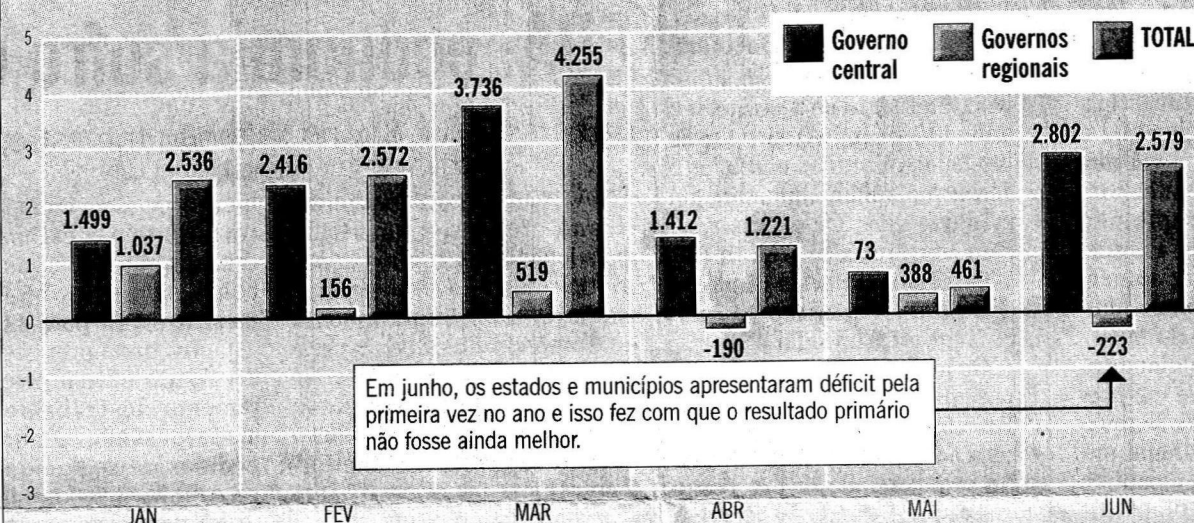
COMO FICARAM AS CONTAS PÚBLICAS

Resultado primário (em R\$ milhões)*



* Receitas menos despesas excluindo pagamento de juros da dívida

Como evoluiu o resultado primário em 99 (em R\$ milhões)



Dívida líquida total * (em R\$ milhões)

Dezembro/97	308.426 (34,5% do PIB)
Dezembro/98	388.667 (42,6% do PIB)
Junho/99	491.064 (49,8% do PIB)

* Inclui as dívidas do Governo federal, BC, estados, municípios e estatais

Glossário

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

É a soma dos compromissos menos os recursos que as prefeitura, estados, União e suas estatais têm a receber junto a bancos públicos e privados, organismos internacionais e outras entidades. Do total, R\$ 298 bilhões são de responsabilidade da União, R\$ 131 bilhões dos governos estaduais e R\$ 19,3 bilhões das prefeituras. Os R\$ 33,9 bilhões restantes ficam por conta das estatais.

RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO

É o número que revela se os gastos administrados pelo presidente, governadores e prefeitos estão de fato dentro do limite das suas receitas. Nesta conta não entram os pagamentos de juros da dívida.

RESULTADO NOMINAL

Registra os gastos das três níveis de Governo com os encargos das dívidas, além do resultado primário. O país tradicionalmente registrou déficit nominais, mas que antes do processo de estabilização eram mascarados pela inflação.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

É a soma de todas as riquezas produzidas no país pelos diferentes setores da economia: indústria, serviços, comércio, etc. A relação entre dívida pública e PIB revela a capacidade de pagamento do setor público que retira suas receitas dos tributos cobrados sobre a produção da economia.